



## **EXPRESSÕES (CARTO)GRÁFICAS SETECENTISTAS DO TEATRO DA GUERRA A PARTIR DO “LIVRO CURIOSO”**

**Miguel Sopas de Melo Bandeira<sup>1</sup>**

**Ana Maria Macedo<sup>1</sup>**

**Mário Gonçalves Fernandes<sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Centro de Estudos em Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal

<sup>2</sup> Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e FLUP, Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto, Portugal

bandeira@ie.uminho.pt; maceana@gmail.com; mgfernan@letras.up.pt

### **Resumo**

A presente comunicação decorre da leitura de um manuscrito da segunda metade do século XVIII que dá pelo nome de “Livro Curioso”, e que se encontra no Arquivo Distrital de Braga (Portugal). Trata-se de um livro de memórias e relatos privados cujo espectro de representação vai do local ao global. A partir do registo da cidade de Braga setecentista, sobretudo, respeitando ao seu quotidiano, deparamo-nos com um testemunho coevo próprio do século das *luzes*, tendo por base o conhecimento para explicar os fenómenos naturais e sociais e a ideia de permanente progresso que subjaz a todo o esforço humano. Um século onde a emergência do pensamento científico se concilia com a ideia de natureza e de Deus. Onde a regularidade convive bem com a irregularidade.

O “Livro Curioso” (LC), da transição da segunda metade do século XVIII, sendo fundamentalmente um livro de memórias privadas, exhibe três únicas ilustrações, que são pertinentes apresentar ao presente Simpósio. Ainda que denominadas de “mapas”, não sendo propriamente um produto cartográfico, são, todavia, úteis à interpretação das primícias da ilustração gráfica, designadamente, do modo como as representações do território suportam a ilustração das ações humanas, muito em particular, a afirmação das imagens do senso-comum. Quicá, o âmbito pioneiro do que virá a ser mais tarde designado por opinião pública.

**Palavras-chave:** cartografia/ilustração de guerra; memórias privadas; ilustração de textos setecentista.

### **O LIVRO CURIOSO E AS MEMÓRIAS PRIVADAS**

O LC é um manuscrito de cerca de 700 páginas, escritas ao longo de 35 anos (1755-1790) e iniciadas a partir da épica sobrevivência do autor ao trágico terramoto de Lisboa, que respeita às memórias de um mercador bracarense de meados do século XVIII, que quis manter o anonimato – provavelmente, Miguel Luís Araújo (1740-1801) (MACEDO, 2020). Estes registos privados integram a mesma finalidade de um conjunto de memórias coevas, todavia, sem ilustrações, que denotam um ambiente cultural e intelectual existente na cidade de Braga, mormente, a presença de uma nova mentalidade ilustrada, veiculada pelos diversos *letrados*, cientes da necessidade de interpretar as suas “notícias” e deixar as suas impressões sobre as “curiosidades” para a memória futura. Para lá da detalhada descrição dos principais fastos da vida quotidiana da cidade barroca, da política local, das festas, dos eventos extraordinários, registam-se igualmente os grandes acontecimentos internacionais da época, refletindo o modo como as novas chegavam a Braga, sobretudo, as da guerra.

A escrita memorialista privada traduz, privilegiadamente, o “percurso dos nossos trajetos individuais no todo social em que nos movimentamos” (MACEDO, 2022), dando assim uma perspetiva necessariamente diferente das



narrativas da historiografia canônica, por mais sensível, esclarecendo pontos omissos, confirmando ou lançando novas questões, enfim, alargando o acervo informacional sobre os assuntos.

De um modo muito sintético, o LC sendo um escrito de memórias privadas não é um livro autobiográfico. Muito referenciado à circulação das informações e da leitura das *gazetas* da época e a outros veículos de informação de novidades, como correspondência, dir-se-ia tratar-se de uma prática de jornalismo *avant-la-lettre*, não fosse o seu caráter discreto, para uso pessoal, fácil de entender numa sociedade e numa época em que era frequente a censura e a prisão de escritores, fazendo do texto anônimo uma prática corrente (FRANZINI, 1999).

O princípio noticioso está bem evidente no prolixo *index* de 43 páginas, muito detalhado, no qual sobressai um conjunto de temas recorrentes. A verdade, porém, é que os seus registos memoriais irão incluir todo o tipo de observações, diríamos, com um espectro enciclopédico. Desde os acontecimentos naturais subsequentes, como sismos, inclemências meteorológicas, grandes trovoadas e as calamidades, aos acontecimentos sociais mais mundanos. O tom da descrição não é linear, porque os escritos oscilam entre uma ótica de deslumbramento, entre a descrição do acontecimento maravilhoso, onde certamente é possível sugerir alegações da “mão divina” ou sinais do “fim do mundo”; e, por outro lado, a conformação com o desconhecido, mais esperançosa na indagação, perante a busca de uma explicação racional. Embora a maior parte da narrativa corresponda à cidade Braga, esta também incide nos acontecimentos do reino e, com menor frequência, dedica apontamentos aos grandes eventos internacionais. Como o título bem o refere, o livro é também um repositório cronológico de curiosidades, desde os eventos mais mundanos até aos temas da guerra, com todas as suas implicações diretas e indiretas. Estes merecem naturalmente destaque.

## **A PERCEÇÃO DA ILUSTRAÇÃO DE GUERRA: UM EXEMPLO (CARTO)GRÁFICO, DA PROXIMIDADE AO FANTÁSTICO**

As três únicas imagens que acompanham este longo manuscrito são por si só um testemunho coevo genuíno do enquadramento da ilustração num texto, do condicionamento da guerra na vida quotidiana e, naturalmente, da percepção e representação dos teatros de operações na aceção do senso-comum, quando a admiração pelas posições militares defensivas, tal como agora, pareciam levar a preferência sobre as ofensivas.

### **O “Mapa” do dispositivo defensivo da “Guerra Fantástica” no vale do Tejo (1762)**

O primeiro exemplo reporta-se à denominada “Guerra Fantástica”, uma decorrência do envolvimento do reino de Portugal no conflito europeu da Guerra dos Sete Anos (1756-63), quando o território foi invadido por um exército da aliança franco-espanhola. As novas que antecedem as ilustrações começam por dar nota dos brutais arregimentamentos, na véspera de Natal, de moços para a guerra. As tropas invasoras que entraram por Trás-os-Montes, sem que as praças oferecessem oposição, deparam-se com a resistência popular dos paisanos, que desgastaram o ímpeto da penetração, conseguindo dissuadir os invasores de se dirigirem ao Porto. O LC vai transcrevendo sucessivas *cartas* (LC: [89](83) a [124](106)) supostamente expedidas dos mais diversos pontos do País (Lisboa, Coimbra, Lamego, Abrantes e Penamacor), todavia, não revelando se são emitidas por correspondente(s), ou se provêm do próprio autor, ulteriormente copiadas. Ora é precisamente junto à carta

expedida de Abrantes, de 10 de outubro de 1762, inserta entre as páginas [108](93) e [109](98), que o autor decide incluir como primeira imagem (Figura 1), o levantamento do dispositivo militar concebido pelo “príncipe de Lippe” (Wilhelm zu Schaumburg-Lippe, Conde de Lippe, (1724-1777)), que veio a revelar-se crucial na defesa do País, face à expectante invasão de Lisboa pelo vale do Tejo. Uma opção que se justifica, por se tratar do momento crucial da campanha da “Guerra Fantástica” que determinou a inversão dos acontecimentos a favor dos invadidos. O Conde de Lippe é hoje reconhecido como o principal mentor e estratega desse período militar da nossa História.



**Figura 1** - “mapa” (MLA); Livro Curioso, ms. ADB, insert. pp.108-109.

O desenho, chamado de “Mapa”, seguramente reproduzido a partir de um esboço de campanha, quiçá publicado e depois copiado da imprensa, ilustra-nos a disposição das forças conflitantes – luso-britânicas vs franco-espanholas - instaladas na margem norte do rio Tejo, entre Santarém e Castelo Branco, aquando da incursão franco-espanhola (1762). De acordo com o LC, só da parte portuguesa, “de Santarém para diante”, estamos perante a presença de um exército com mais de “quarenta mil homens”, que as cartas vão dando nota das alterações e movimentos à medida que as notícias vão chegando. Ainda assim, através da simbologia gráfica, é possível reunir um total de 47 regimentos de infantaria e cavalaria do lado luso-britânico, face a 40 franco-espanhóis; e 5 baterias de artilharia. Com superioridade na infantaria para os portugueses e na cavalaria para os espanhóis. O esboço é acompanhado de uma “explicação” que “vai nas costas delle declarado legendada por numeros para os curiosos poderem perceber”, trata-se de uma expressão, diríamos, proto cartográfica da situação militar, como então era já comum executar no meio castrense. Apesar dos contornos gráficos rudes, com aquarelado impressionante sobre os riscos, próprios de uma finalidade expedita, a imagem demonstra o inequívoco valor divulgador da temática do teatro de operações, sobre a função instrumental, mais própria da representação topográfica operacional. Muito concretamente, o enquadramento define ortogonalmente o território entre as cidades acima referidas, tendo por primeiro plano o rio Tejo, com indicação de três afluentes, naturalmente, com relevo para o local “onde entram os dois rios Zêzere e Tejo”, em que “se manda[u] fazer um forte no sítio” (LC: [88] (83) (Constância), para instalar o estado maior do Conde de Lippe. Os outros dois afluentes merecedores de destaque, referem-se ao denominado rio Castro, mais difícil de detetar, por estar associado às povoações do



Sardoal e Villa de Rey. Povoação esta, aqui relevada por via da importância tática, ao ser identificada pela destruição de uma ponte que dava servidão ao setor.

Para lá do caráter fundamentalmente simbólico da imagem, os erros posicionais são grosseiros e, como é natural, aumentam em função do posicionamento anímico do narrador. Isto é, de oeste para leste, das posições defensivas dos invadidos para as dos assediados franco-espanhóis. É verdade também que os restantes elementos visuais representados não são mais esclarecedores quanto à realidade dos factos. Veja-se a figuração icónica, praticamente uniforme, dos aglomerados populacionais, somente interrompida pela grandeza relativa de Santarém e pela representação de muralhas nesta cidade, bem como, também, em Abrantes e Castelo Branco. Na verdade, o que releva de mais interessante é a representação das tropas no território. Apesar da vista militar ser a finalidade dominante, o seu posicionamento não tem rigor, senão e apenas pelo número de efetivos, respetiva arma, e o comando a quem está atribuído. Note-se, o emprego da sinalética militar das unidades, que não sendo ainda aquela que mais tarde veio a se convencionar, mostra bem essa expressão de sistematização das artes da guerra. Cada corpo é representado por um símbolo geométrico (círculo=infantaria e quadrado=cavalaria). A artilharia surge representada por um pictograma de canhão estilizado, individualizando cada peça. Finalmente, a ideia global que se pretende transmitir é a de que existe um cerco tático sobre as poderosas posições franco-espanholas, tendo por principal objetivo, por um lado, travar a transposição do rio Zêzere – veja-se os acidentes orográficos particulares que nos elucidam a importância tática de dois locais de emboscada, por apenas deixar passar, no máximo, dois soldados – e, simultaneamente, impedir a travessia para a margem do sul do Tejo. Por outro lado, pretende-se claramente fechar o (re)abastecimento, cortando as ligações do inimigo à retaguarda. Enfim, um dispositivo tático defensivo que procurava evitar o confronto aberto direto destinado a proteger a todo custo Lisboa de uma invasão.

### **O Cerco de Gibraltar (1782)**

Trezentas e cinquenta páginas adiante, depois de descrever detalhadamente os nove carros alegóricos de uma procissão em Braga, o autor introduz as duas restantes ilustrações patentes no LC, os “Mapas da Praça de Gibraltar e dos barcos artilheiros”. Novamente um momento crucial de guerra que, apesar de já não envolver diretamente Portugal, deve o seu fundamento ainda aos sucessivos *pactos de Família* das realezas Bourbon, que tinham dado antes origem à Guerra dos Sete Anos (1756-63). No caso, as imagens referem-se ao grande Cerco de Gibraltar (1779/83), ocorrido uma década depois, desta vez, sobretudo, incidente no domínio da guerra naval. O rei de Espanha, Carlos III (1716-88), que ficou para História como o monarca do “império no qual o sol nunca se põe”, enredado nas tensões da hegemonia global, e de novo com o apoio e a participação da França, ordenou em 1779 novo bloqueio marítimo a Gibraltar, com o objetivo de cortar as ligações ao exterior. Em reação, os ingleses enviaram uma armada de auxílio que obrigou a Espanha a reforçar o cerco com mais homens e meios, por tempo indeterminado. Perante isto, a aliança franco-espanhola ordenou um “grande assalto” (12) final ao “rochedo” (1782). Num tempo, confirmado pelo nosso cronista, em que “se avivaram muito as guerras que entre si traziam os franceses e espanhóis e americanos contra os ingleses” (LC: [460](249)).



Do afamado evento desta vez o cronista não omitiu em revelar tê-lo “tirado da gazeta”, dando nota que o cerco até originou “apostas que se faziam em Portugal”, expetantes do desfecho da contenda. Uma vez mais, não sendo propriamente um produto cartográfico da situação, que os houve vários, é verdade, ou sequer mesmo um desenho de fino traço, o autor declarou oferecer aos insondáveis, ou incautos leitores do LC, a generosidade e o voluntarismo para satisfazer a sua curiosidade, nos termos em que “ve[r]ja a forma desta Praça como também das barcas artilheiras [que] aqui as verá nos mapas junto q[ue] lhe ofereço p[ara] se divertirem” (LC: [464](250). Veja-se, uma finalidade útil e de passatempo.

A primeira imagem é uma panorâmica tirada de um ponto de observação sobrelevado, situado no interior do golfo de Gibraltar, atrás das linhas onde estavam acantonadas as forças sitiadas espanho-francesas. Tem por plano principal o “rochedo” (lado poente), vendo-se na base a cidade inglesa fortificada voltada para baía, permitindo ainda observar, no canto superior direito, a cidade africana de Ceuta.

O desenho, em si, é também ele de traço expedito, muito provavelmente copiado das imagens que circulavam na época, e que mostram o mesmo enquadramento de perspectiva. Veja-se, por exemplo, as figuras 2 e 3.



Figura 2 - LC pp. [464/7/6] 251/2/3/4/5/6.



Figura 3 - “Siege of Gibraltar (1779-1782). Panoramic view of Gibraltar under siege from Spanish fleet and land positions in foreground”.

Igualmente legendados para melhor ilustrar os acontecimentos, e assim permitir um melhor acompanhamento das narrativas, estas imagens de desfrute retratam essa batalha que, apesar de não ter ultrapassado dois dias, se revestiu de um grande alcance para a História ocidental. Para além das inúmeras vidas perdidas, particularmente do lado franco-espanhol, que fizeram deste confronto aquela que ainda hoje é considerada a maior batalha da guerra da independência dos EUA; das circunstâncias que proporcionaram o ensaio de armamento moderno e das novas técnicas e táticas militares; este foi praticamente o cerco mais duradouro da história militar moderna.

Do contexto deste impasse irá surgir uma oportunidade ao exercício do engenho e da imaginação, proporcionando a entrada em cena do engenheiro militar francês, Jean Le Michaud d'Arçon (1733-1800), que concebeu e projetou as famosas *baterias flutuantes*, recurso de tal modo expectante que a sua fama rapidamente se estendeu à escala internacional, confirmada pela inclusão no LC do desenho exclusivo de uma “barca artilheira” (Figura 4).

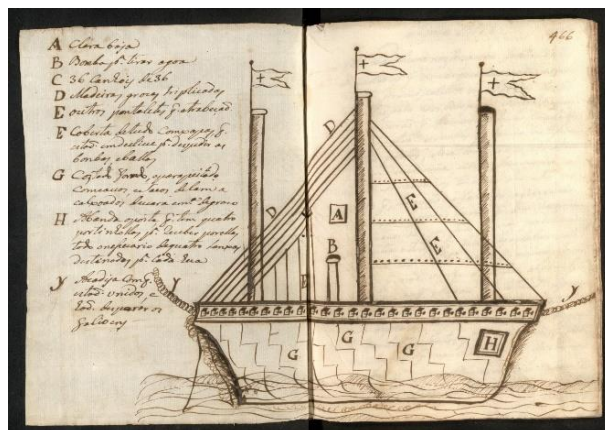


Figura 4 - Barca artilheira, in LC.

As “baterias flutuantes” foram concebidas para serem “inquebráveis”, “inafundáveis”, e “à prova de fogo”, revelando-se como precursoras das embarcações couraçadas, que fazem hoje a marinha de guerra. Dizem-nos as referências, que estas embarcações dispunham de uma face de ataque revestida a “madeiras grossas triplicadas” (com três pés de espessura e forradas de areia molhada); na traseira com “quatro portinholas p[ar] receber por elas todo o necessário de quatro lanchas”; preparadas para travar a perfuração dos costado das embarcações, “forra(n)do e parapeita(n)do com cabos e sacos de lã acolchoados de vara e meia de grosso”; com sistemas de bombeamento para obstar aos incêndios. Porém, por mais formidável que fosse o grande assalto, tanto na quantidade da sua força de apoio como na qualidade do engenho, poucas horas depois de iniciado, revelou-se um tremendo fracasso e gerou uma catástrofe fatal para as forças assediadas. Ainda o dia não tinha acabado e as espantosas baterias flutuantes estavam destroçadas pela artilharia inglesa, provocando tremendas explosões cuja tragédia humana suscitou a comiseração dos sitiados, ao ponto de saírem das suas posições para ajudar a salvar as vidas humanas que restavam da tragédia. O desaire foi total, tendo o próprio comandante mandado ordenar a destruição antecipada das duas embarcações que sobraram do ataque. A 7 de fevereiro de 1783 foi levantado o cerco, pondo fim a um assédio contínuo de três anos, sete meses e 12 dias de guerra, consignando aquele que é tido como o mais longo da história moderna.

## O THEATRO DO MUNDO E A CONSTRUÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA

As ilustrações inseridas no LC são caracterizadoras de uma época, das mentalidades emergentes veiculadas pelos tópicos de referência e da importância que é dada aos assuntos que merecem as raras honras de ilustração. Exemplo disso é o cerco de Gibraltar, o paradigma desta nova asserção comunicacional. Referimo-nos às tribunas que, na circunstância, foram erguidas para as famílias nobres da região ficarem instaladas, bem como para assentar toda a distinta fidalguia espano-francesa, que incluiu “príncipes e irmãos dos reis de França e de Espanha”, para assistir ao grandioso “espetáculo barroco” da guerra. Mas, tal não bastasse, não passou menos despercebida a vasta plateia constituída por um outro “exército” de 80 mil espectadores, que se distribuiu por toda a amplitude do golfo de Gibraltar, esgotando a lotação das colinas adjacentes, oferecendo ao público expectante, que assistia ao desenrolar do “grande assalto”, o clímax dramático do *theatro do mundo*. Uma batalha real



convertida num espetáculo hiperbólico, comparável, no conteúdo, às festividades circenses da antiguidade romana, mas também reconhecível hoje nos eventos de massa contemporâneos. Daí a infausta fama e a vasta difusão que o cerco desencadeou através das *gazetas* da época, inspirando a publicação de inúmeros relatos e crónicas por toda a Europa. Desde as justificações militares do engenheiro que projetou as “baterias flutuantes”, elogiadas pelo inimigo, passando pelos escritos históricos de grande alcance do capitão inglês que participou nas ações militares, até à pintura, à música, com W. A. Mozart a compor uma peça que lhe foi dedicada, ou ainda, às primícias do *cartoonismo* humorístico ou mesmo o cenário da literatura fantástica de aventuras.

Na Europa, enquanto nascia a imprensa periódica em finais do século XVII, vivia-se o contexto contraditório entre a afirmação das imposições formais do Estado moderno face à crescente autonomia da privacidade doméstica. Tendo sido, pois, neste ambiente, que melhor se pode compreender o incremento, em simultâneo, da produção de memórias, tanto públicas como privadas. Reunindo as condições necessárias à divulgação da imprensa escrita e ao conseqüente surgimento de uma opinião pública sobre os acontecimentos. Porém, será preciso esperar pela segunda metade do século XVIII, precisamente no período em que o LC foi escrito, para se entender a categorização de uma denominada “opinião pública e a sua institucionalização como um campo autónomo de legitimidade” (RODRIGUES, 1985). É então por essa altura que se multiplicam os clubes privados de convívio e discussão, mais tarde os cafés, que originam a formação de correntes de opinião e que acompanham uma população urbana crescentemente alfabetizada, cada vez mais recetiva e sensível à disseminação da imprensa periódica. Ao mesmo tempo se irá afirmar a tendência burguesa para desenvolver o gosto intimista pela vida privada e, por decorrência, proporcionar as condições propícias à proliferação dos escritos pessoais. Mais uma vez um tempo de grandes transformações culturais e sociais, que estimulará e legitimará a afirmação do indivíduo, que farão transitar a pulsão dos sentimentos e das memórias da esfera doméstica para o espaço público.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Miguel S. Melo. **O Espaço Urbano de Braga em Meados do Século XVIII**, Afrontamento, Porto, 2000

BARRENTO, António. **Guerra Fantástica 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos**; Lisboa: Tribuna da História. Nova História Militar de Portugal, 2006

BRITO, António Pedro da C. Mesquita. Publicações Alemãs Sobre o Conde de Lippe – Uma Orientação Bibliográfica; **Revista Militar** N.º 2508 - Janeiro 2011, pp 83 – 150, 2011

HABERMAS, Jürgen (1978). **L'espace publique: archéologie de la publicité comme dimension constitutive de la société bourgeoise**. Paris: Payot, 1978.

LIVRO CURIOSO. Ana Macedo (Estudo Introdutório) e Rui Faria (Transcrição); Arq. Dist. de Braga/UMinho & Câmara Municipal de Braga, col. estudos e manuscritos, Braga, 2020

MOREIRA, Luís M. Mapas para uma Guerra Fantástica: Propaganda, Diplomacia e Ação Militar na Província de Entre Douro e Minho; **XXI Colóquio de História Militar**, 2012

RODRIGUES, Adriano Duarte – Espaço Público – 2. **Revista de Comunicação e Linguagens** – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 1985

[https://en.wikipedia.org/wiki/Great\\_Siege\\_of\\_Gibraltar](https://en.wikipedia.org/wiki/Great_Siege_of_Gibraltar)

<https://www.britishbattles.com/war-of-the-revolution-1775-to-1783/siege-of-gibraltar/>